

O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o artigo 68, inciso I, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta à consideração desta Casa de Leis, o seguinte:

## **PROJETO DE LEI Nº 079/2019**

**Súmula:** Revoga a Lei Municipal nº 2436/2006 e a Lei Municipal nº 4.486/18, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e dá outras providências.

### **Capítulo I** **DA NATUREZA**

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Irati-PR – COMDEMA/IRATI, órgão permanente de caráter deliberativo, consultivo e normativo, ligado à Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente.

§ 1º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Irati-PR – COMDEMA/IRATI tratará dos assuntos pertinentes ao Meio Ambiente e Recursos Naturais deste Município.

§ 2º - É vedada qualquer manifestação político partidária no Conselho Municipal de Meio Ambiente.

§ 3º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente tem a função de assessorar o Poder Executivo Municipal na proposição, implementação, monitoramento e fiscalização da Política Municipal de Meio Ambiente, dentre outras atribuições previstas na legislação municipal.

§ 4º - O caráter normativo, citado no caput deste artigo, refere-se às estritas competências e atribuições do COMDEMA, podendo este emitir resoluções, pareceres, recomendações e outros documentos afins.

---

**Art. 2º** - O município se valerá, entre outros, dos seguintes instrumentos de cooperação institucional:

- I - Consórcios públicos, nos termos da legislação em vigor;
- II - Convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do Poder Público, respeitado o art. 241 da Constituição Federal.

## **Capítulo II** **DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 3º** - Ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Irati-PR – COMDEMA/IRATI compete:

- I – Formular diretrizes para a política municipal do meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do município em relação à proteção e conservação do meio ambiente;
- II – Sugerir normas legais, procedimentos e ações, visando a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- III – Exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica Municipal, Plano Diretor Municipal e na legislação a que se refere o item anterior;
- IV – Obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas e à comunidade em geral;
- V – Atuar no sentido da conscientização e da educação ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do município;
- VI – Subsidiar o Ministério Público no exercício de suas competências para a proteção do meio ambiente, previstas na Constituição Federal de 1988;
- VII – Solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar às ações executivas do município na área ambiental;
- VIII – Propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;
- IX – Desenvolver recomendações prévias sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do município;



X – Apresentar anualmente proposta orçamentária ao Executivo Municipal, inerente ao seu funcionamento;

XI – Identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federais, estaduais e municipais, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

XII – Recomendar realização de estudo alternativo sobre possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

XIII – Acompanhar o controle das atividades degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;

XIV – Receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;

XV – Acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no município, para o controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente;

XVI – Opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando à adequação das exigências do meio ambiente, ao desenvolvimento do município;

XVII – Opinar quando solicitado sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras e degradadoras;

XVIII – Orientar o Poder Executivo Municipal sobre o exercício do poder de polícia administrativa no que concerne à fiscalização e aos casos de infração à legislação ambiental;

XIX – Deliberar sobre a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

XX – Apontar ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação, visando à proteção de sítios de beleza excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

XXI – Responder à consulta sobre matéria de sua competência;

XXII – Decidir, juntamente com o órgão executivo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XXIII – Acompanhar as reuniões das câmaras técnicas permanentes e temporárias em assuntos de interesse do Município;

XXIV – Convocar, subsidiariamente à prerrogativa do Prefeito Municipal, a Conferência Municipal de Meio Ambiente.

§ 1 - É garantido o livre acesso à informação sobre as atividades do COMDEMA/IRATI, sendo que o município disponibilizará seus próprios sistemas de informações ambientais capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade, passível de integração com o sistema estadual.

§ 2º - As deliberações do COMDEMA/IRATI serão realizadas por meio de Resoluções, as quais deverão ser homologadas junto ao (à) Secretário(a) Municipal de Ecologia e Meio Ambiente e publicadas em veículo de comunicação oficial do Poder Executivo em até 10 (dez) dias após a homologação.

## **Capítulo III**

### **DAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 4º-** O COMDEMA/IRATI no exercício de suas competências possui as seguintes atribuições:

I - Apresentar sugestões sobre as diretrizes básicas da política de meio ambiente do Município;

II –Propor normas de utilização racional dos recursos naturais para proteção do meio ambiente;

III - Sugerir políticas de incentivos a ampliação das áreas de florestas nativas remanescentes, nos termos da legislação Federal, Estadual e Municipal;

IV - Atuar como órgão consultivo, deliberativo e normativo no que se refere às suas áreas de atuação;

V –Integrar órgãos Municipais, Estaduais e Federais do setor de meio ambiente e outros setores, no sentido de buscar um trabalho unificado;

VI - Propor medidas que venham a incentivar a formação de associações de órgãos públicos ou privados para auxílio e manutenção do meio ambiente;

VII –Sugerir normas e ações que facilitem a compatibilização dos currículos escolares à educação ambiental, sem prejuízo dos programas oficiais inerentes ao âmbito da Educação;

VIII – Propor e indicar aos órgãos competentes a fiscalização de atividades ambientalmente danosas, cabendo-lhe, ainda, expor e denunciar nas reuniões as agressões ao meio ambiente, estejam previstas ou não em lei, como infração ou transgressão, encaminhando denúncia aos órgãos competentes;

IX – Elaborar seu Regimento Interno, editando-o por Resolução;

X - Apoiar, participar e liderar programas de recuperação e conservação dos recursos naturais renováveis;

XI - Acompanhar e opinar na elaboração e na execução do orçamento anual da Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente;

XII - Editar resoluções sobre matérias de sua competência;

XIII - Promover a educação ambiental;

XIV - Propor a criação de normas legais, bem como a adequação e regulamentação de leis, padrões e normas municipais;

XV–Opinar sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que causem impactos sobre o município;

XVI - Receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental, sugerindo aos órgãos competentes as providências cabíveis;

XVII-Formular e aprovar políticas ambientais do Município e acompanhar a sua execução, promovendo reorientações, quando entender necessário;

XVIII–Propor e acompanhar normas padrões de proteção, conservação e melhoria do meio-ambiente, observadas a legislação federal e estadual;

XIX–Fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários para questões ambientais;

XX–Emitir recomendações acerca de possíveis consequências ambientais em projetos públicos e/ou privados, requisitando das entidades envolvidas informações complementares ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

XXI–Indicar áreas prioritárias de ação governamental relativas ao meio-ambiente, visando a preservação e melhoria da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

XXII–Decidir, como última instância administrativa em grau de recursos, sobre multas e outras penalidades impostas pela Unidade Administrativa do Meio Ambiente;

XXIII - Receber, analisar e encaminhar para providências cabíveis denúncias de origem popular sobre agressão ao meio ambiente;



XXIV -Estimular e propor programas de educação ambiental na rede municipal, estadual e particular de ensino;

XXV - Propor e participar da elaboração de campanhas educativas relativas a problemas de saneamento básico, despoluição das águas, de ar e do solo, combate de vetores e proteção da fauna e da flora;

XXVI -Requerer o uso do poder de polícia nos casos de infração a legislação em vigor ou de inobservância de normas e padrões estabelecidos, propondo a criação de mecanismos e instrumentos que viabilizem a efetiva fiscalização ambiental, no intuito de garantir a sua eficácia.

**Art. 5º-** O COMDEMA/IRATI será composto, de forma paritária e tripartite, por representantes do poder público, por entidades da sociedade civil organizada e privada, a saber:

I – 7(sete) representantes do Poder Público; sendo um dos representantes a Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente;

II- 7(sete) representantes da sociedade civil organizada;

III- 7 (sete) representantes do Setor Produtivo e Ambientalista.

§ 1º - As entidades que comporão o COMDEMA/IRATI serão eleitas durante a Conferência Municipal do Meio Ambiente;

§ 2º - As entidades referidas nos incisos I, II e III indicarão seus membros representantes em até 30 (trinta) dias após as eleições.

§ 3º - Todos os membros terão direito a voz e voto nas reuniões.

**Art. 6º -** O Prefeito Municipal convocará Conferência Municipal de Meio Ambiente a cada 4 (quatro) anos, para o mês de setembro, com o objetivo de se discutir a situação e propostas sobre o meio ambiente no município e de se realizar as eleições das entidades previstas no artigo 5º, incisos I, II e III.

§1º - Excepcionalmente, a Conferência Municipal poderá ser convocada em período menor que o previsto no caput, por razões devidamente justificadas pelo COMDEMA/IRATI.

§ 2º - Não havendo a convocação da Conferência pelo Executivo Municipal até a data de 31 de agosto do ano de Conferência, ou em até 30 (trinta) dias após a solicitação de excepcionalidade prevista no parágrafo primeiro, a mesma deverá ser realizada pelo próprio COMDEMA/IRATI.

§ 3º - A organização da Conferência Municipal de Meio Ambiente deverá ser realizada pelo COMDEMA/IRATI em estreita articulação com a Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente e sob as expensas do Executivo Municipal.

**Art. 7º** - Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento, ou qualquer ausência.

**Art. 8º** - O mandato dos membros representantes das Entidades no COMDEMA/IRATI é de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

**Art. 9º** - Os órgãos ou entidades mencionadas no art. 5º poderão substituir o membro efetivo indicado ou seu suplente, mediante comunicação por escrito dirigida ao Presidente do COMDEMA/IRATI.

**Art. 10** - A função dos membros do COMDEMA/IRATI é considerada serviço de relevante valor social e não remunerada.

## **Capítulo IV DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 11-** O COMDEMA/IRATI elegerá, na sessão de posse dos membros referidos no Art. 5º, uma Mesa Diretora com um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Executivo e um Segundo Secretário.

§ 1º - Estão aptos a concorrer aos cargos da Mesa Diretora do COMDEMA/IRATI quaisquer de seus membros.

§ 2º - As atribuições de cada cargo da Mesa Diretora serão regulamentadas no Regimento Interno do COMDEMA/IRATI.



**Art. 12** - A Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente prestará ao Conselho o necessário suporte técnico-administrativo e financeiro, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos ou entidades nele representados.

**Art. 13** - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, na forma estabelecida em seu Regimento Interno e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo Prefeito ou pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de seus membros titulares.

§ 1º - As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de membros efetivos ou seus suplentes, observado quórum mínimo de metade de seus membros e as deliberações serão por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto em todas as votações.

§ 2º - A critério do Presidente do Conselho, poderão participar convidados, esclarecendo-se antecipadamente se lhes será concedido o direito a voz.

**Art. 14** - As ocorrências e deliberações tomadas nas sessões deverão constar em ata, a qual deverá ser aprovada e assinada pelos membros do conselho.

**Art. 15** - O COMDEMA/IRATI poderá instituir, se necessário, em seu regimento interno, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

## **Capítulo V**

### **DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 16** - O Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA possui a finalidade de mobilizar e gerir recursos para o financiamento de planos, programas e projetos que visem ao uso racional dos recursos ambientais, à melhoria da qualidade do meio ambiente, à prevenção de danos ambientais e à promoção da educação ambiental.

§ 1º - O Fundo Municipal de Meio Ambiente é vinculado à Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente.



§ 2º - O registro e contabilização das receitas e das despesas do Fundo Municipal de Meio Ambiente será efetuado mediante a criação de fonte de recurso específica dentro do orçamento da Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente.

§ 3º - O órgão ao qual está vinculado o Fundo fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos seus objetivos.

**Art. 17-** O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente, com prévia autorização do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Irati-PR, a qual possui, sobre tal, as seguintes atribuições específicas:

I - Organizar o plano anual de trabalho e cronograma de execução físico-financeiro, de acordo com os critérios e prioridades definidas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Irati-PR;

II - Celebrar convênios, acordos ou contratos, observada a legislação pertinente, com entidades públicas ou privadas, visando à execução das atividades custeadas com recursos do Fundo;

III - Outras atribuições que lhe sejam pertinentes, na qualidade de gestão do Fundo e de acordo com a legislação específica;

IV - Prestar contas dos recursos do Fundo aos órgãos competentes.

**Art. 18 -** A execução dos recursos Fundo será aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Irati-PR, o qual terá ainda competências específicas para:

I. Definir os critérios e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos;

III. Aprovar o plano anual de trabalho e o cronograma físico-financeiro apresentado pela Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente;

IV. Apreciar os relatórios técnicos e as prestações de contas apresentadas pela Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente, antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle complementar.

V. Outras atribuições que lhe forem pertinentes na forma da legislação ambiental.



**Art. 19** - Constituirão recursos do FMMA aqueles a ele destinados provenientes:

- I - Dotações orçamentárias e créditos adicionais, na forma regulamentar;
- II - Penalidades pecuniárias decorrentes das infrações ambientais, na forma regulamentar;
- III - Transferências de recursos da União, do Estado ou de outras entidades públicas e privadas;
- IV - Acordos, convênios, contratos e consórcios, de ajuda e cooperação interinstitucional;
- V - Doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- VI - Rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações de seu patrimônio;
- VII - Outros destinados por lei.

**Art. 20** - São considerados prioritários para a aplicação dos recursos do FMMA os planos, programas e projetos destinados a:

- I - Criação, manutenção e gerenciamentos de praças, unidades de conservação e demais áreas verdes ou de proteção ambiental;
- II - Educação ambiental;
- III - Desenvolvimentos e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento e controle ambiental;
- IV - Pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;
- V - Manejo dos ecossistemas e extensão florestal;
- VI - Aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas;
- VII - Desenvolvimento institucional e capacitação de recursos humanos da Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente, de órgãos ou entidade municipal com atuação na área do meio ambiente;
- VIII - Pagamento pela prestação de serviços para execução de projetos específicos na área do meio ambiente;
- IX - Aquisição de material permanente e de consumo necessário ao desenvolvimento de seus projetos;
- X - Contratação de consultoria especializada;

XI - Financiamento de programas e projetos de pesquisa e de qualificação de recursos humanos.

Parágrafo único - Os planos, programas e projetos financiados com recursos do FMMA serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e diretrizes da política municipal de meio ambiente.

**Art. 21** - O Fundo Municipal do Meio Ambiente, instituído por esta Lei, terá vigência ilimitada.

**Art. 22** - Aplicam-se ao Fundo, instituído por Lei, todas as disposições constitucionais e legais que regem a instituição e operacionalização de fundo assemelhados.

## **Capítulo VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 23** - Fica facultado ao município o exercício do licenciamento ambiental por meio de consórcios intermunicipais, com atribuição para análise técnica e jurídica dos processos de licenciamento ambiental, desde que devidamente instituído por lei.

**Art. 24** - No prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a posse dos membros representantes das entidades eleitas na próxima Conferência Municipal de Meio Ambiente, o COMDEMA/IRATI elaborará o seu Regimento Interno.

**Art. 25** - Ficam revogadas a Lei Municipal nº 2.436/2006 e a Lei Municipal nº 4.486/18 e, consequentemente, extinto o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA.

**Art. 26** - Os atuais membros do, ora extinto, Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, assumem interinamente a condição de membro e a condução dos trabalhos do COMDEMA/IRATI, até a realização da próxima Conferência Municipal de Meio Ambiente e posse dos representantes das entidades eleitas.

**Art. 27** - As dúvidas e casos omissos serão apreciados e resolvidos pelo colegiado de membros, em sessões observadas as disposições legais.



---

**Art. 28** - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que for necessário.

**Art. 29** - As despesas decorrentes da presente legislação correrão por conta das dotações consignadas no orçamento em vigor.

**Art. 30** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de setembro de de 2019.

**JORGE DAVID DERBLI PINTO**  
Prefeito Municipal

## PROJETO DE LEI Nº 079/2019

**Súmula:** Revoga a Lei Municipal nº 2436/2006 e a Lei Municipal nº 4.486/18; dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e dá outras providências.

### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente.

Nobres Vereadores.

Tomando como fundamento a Lei Federal nº 6.938/1981, que institui o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), tendo seu fundamento jurídico no artigo 20 da Resolução nº 237/1997 do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, e no princípio da participação popular integrante do direito ambiental, o CMMA, após inúmeras reuniões ordinárias e extraordinárias com seus conselheiros e com apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e de seu departamento Jurídico, concluíram que a minuta de Lei em questão, é o modelo mais adequado para o município, atendendo assim, as necessidades legais e técnicas ambientais do momento.

Considerando que a Lei Complementar Federal nº 140/2011 determinou a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

Considerando, ainda, que o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Paraná - CEMA, através da Resolução nº 088/2013, determinou que:

*Art. 3º - Para o exercício do licenciamento ambiental, consideram-se capacitados os municípios que disponham de:*



*I - Conselho Municipal de Meio Ambiente, instância colegiada normativa, consultiva e deliberativa, de composição paritária, devidamente implementado e em funcionamento;*

*II - Fundo Municipal de Meio Ambiente, devidamente implementado e em funcionamento;*

*III - Órgão ambiental capacitado, atendendo os requisitos do Inciso I do Artigo 2º desta Resolução.*

Diante do exposto, confiando no alto grau de espírito público que norteia as decisões desta Casa de Leis, pedimos e esperamos a aprovação do presente projeto.

Atenciosamente

**Jorge David Derbli Pinto**  
**Prefeito Municipal**